

PROVA B

QUESTÕES OBJETIVAS - INSTRUÇÕES:

1. As respostas devem ser consignadas com caneta preta ou azul.
2. O candidato NÃO pode consultar a legislação.
3. Marque apenas uma alternativa correta. Respostas rasuradas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas erradas.
4. A identificação do candidato deverá ser feita no local reservado para isso logo abaixo, incluindo a assinatura do candidato
5. O candidato não poderá colocar, no corpo da prova, o seu nome, número de inscrição, assinatura ou qualquer outro sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação da prova
6. O candidato deverá preencher com clareza a etiqueta de identificação, sem erros ou rasuras.

BOA SORTE!

Cole aqui a etiqueta com o
número da inscrição

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Cole aqui a etiqueta com o
número da inscrição

NOME LEGÍVEL: _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

ASSINATURA: _____

1- Para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, conceder-se-á:

- a) mandado de segurança;
- b) mandado de injunção;
- c) ação popular;
- d) ação civil pública.

2- Sobre norma e lei penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei penal pode retroagir em qualquer caso;
- b) A lei penal brasileira aplica-se a todos os crimes ocorridos no Brasil;
- c) A lei penal brasileira não se aplica a nenhum crime ocorrido fora do território nacional;
- d) Admite-se a interpretação extensiva *in bonam partem* (em favor do acusado).

3- João mora em um condomínio edilício e é réu de uma ação de conhecimento promovida por Maria. Diante dessa situação, sob a ótica da legislação processual, é correto afirmar que a citação de João:

- a) será válida apenas se for realizada pessoalmente por meio de oficial de justiça.
- b) poderá ser feita pelo correio e terá validade mesmo que seja entregue a um funcionário da portaria do prédio onde ele mora.
- c) só será válida se for por correio, pois em ações de conhecimento não é possível outra modalidade de citação.
- d) poderá ser feita por hora certa caso o oficial de justiça por três vezes tente encontrar João sem sucesso, e suspeite que esteja se ocultando.

4- O prazo penal:

- a) é contado igualmente ao prazo civil;
- b) é contado computando-se o dia do começo;
- c) é contado excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do final;
- d) é contado computando-se apenas os dias úteis.

5- Cabe apelação da decisão que:

- a) versar sobre tutela provisória.
- b) rejeitar alegação de convenção de arbitragem.
- c) versar sobre incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
- d) indeferir a petição inicial.

6- Sobre o erro quanto aos elementos do tipo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado constitui causa de isenção de punibilidade do sujeito ativo;
- b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a imputabilidade;
- c) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui a antijuridicidade;
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

7- Em ação de anulação de negócio jurídico fundada na alegação de incapacidade relativa do autor, que, na data de sua prática, contava dezessete anos de idade, além de ele haver sido submetido à coação, o juiz julgou-a improcedente, porque provado que no ato de obrigar-se declarou-se maior. Não tendo sido apreciada a arguição de coação, o autor:

- a) poderá opor embargos de declaração e o juiz acolhê-los, com efeitos modificativos, independentemente de audiência do embargado, que já teve oportunidade de impugnar a alegação do vício na contestação, operando-se a preclusão.
- b) somente poderá interpor apelação.
- c) poderá opor embargos de declaração, e o juiz acolhê-los com efeitos modificativos, depois de intimar o embargado para, querendo, manifestar-se.
- d) não poderá opor embargos de declaração, porque o juiz já encontrou um motivo suficiente para rejeitar o pedido.

8- A cachorrinha de Maria fugiu e ela publicou anúncio dizendo que daria quinhentos reais para quem a encontrasse e a devolvesse. Osvaldo, pessoa muito rica, encontrou-a e fez a sua devolução à Maria. Nesse caso:

- a) não se configura a obrigação unilateral, porque esta implica promessa solene e formal;
- b) Maria pode recompensar Osvaldo com o valor que quiser, porque a promessa não gera obrigação;
- c) Maria não está obrigada ao pagamento, porque Osvaldo é pessoa rica e não agiu movido pela recompensa;
- d) Maria tem a obrigação de pagar o valor prometido, porque se comprometeu àquele pagamento.

9- Dentre as garantias fundamentais, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê a existência do *habeas data*. Esse instrumento pode ser utilizado para:

- a) proteger direito líquido e certo;
- b) garantir o acesso de uma pessoa a informações sobre ela que façam parte de arquivos ou bancos de dados de entidades governamentais ou públicas;
- c) permitir o exercício de direitos ainda não regulamentados;
- d) assegurar o direito à liberdade de expressão.

10- Assinale a alternativa que indica corretamente o prazo em que a parte deverá praticar o ato processual quando inexistir preceito legal ou prazo determinado pelo juiz:

- a) 48 horas
- b) 5 dias
- c) 10 dias
- d) 15 dias